

Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste sábado

26/12/2015

Os juristas Oscar Vilhena, Ives Gandra da Silva Martins e Leandro Mello Frota entendem que a presidente Dilma Rousseff cometeu crime de responsabilidade com as pedaladas fiscais. Segundo eles, a Lei 1.079/1950 deixa claro que usar recursos sem autorização legal é uma violação que justifica a abertura de processo de *impeachment*. Por outro lado, os juristas Michael Mohallem, Gustavo Ferreira Santos e Adriana Ramos alegam que essa norma é muito ampla, e que as pedaladas são uma infração menor, incapaz de resultar na queda da da presidente. As informações são do jornal **O Globo**.

Expulsos por corrupção

O governo federal expulsou 288 servidores envolvidos em corrupção entre janeiro e novembro de 2015 – o equivalente a 26 exclusões por mês num universo de 577 mil trabalhadores, aponta a Controladoria-Geral da União. O número é 12% inferior aos 329 funcionários públicos que foram banidos pelo mesmo motivos nos 11 meses de 2014. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Conservadorismo em baixa

Acuado por denúncia na operação “lava jato” e os possíveis desdobramentos das investigações no STF, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, não conseguiu avançar com a pauta conservadora apoiada pelas bancadas suprapartidárias ruralista, evangélica e de policiais, conhecidas como “BBB” (bala, boi e Bíblia). Exaltada no início da legislatura, e tocada em alta velocidade por seus aliados em várias comissões da Câmara, a agenda de temas polêmicos perdeu força desde que o deputado rompeu politicamente com o governo Dilma Rousseff. Na lista das propostas controversas “paralisadas”, estão duas, de autoria do próprio Cunha, como o projeto de alteração da Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual e da criação do Dia do Orgulho Heterossexual. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Câmara sem Cunha

Com a possibilidade de ser afastado do cargo em fevereiro pelo Supremo Tribunal Federal, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) trabalha com a tese de que não será necessário convocar imediatamente uma nova eleição para definir seu sucessor no posto. Em interpretação amparada pelo corpo técnico da Mesa Diretora da Câmara, o peemedebista avalia que, no caso de o Plenário do STF decidir pela sua saída, não haveria vacância no cargo, já que ele se tornaria presidente afastado e poderia ainda recorrer da decisão. Nesse caso, assumiria o posto até o fim de 2016 o vice-presidente Waldir Maranhão (PP-MA), que atuaria como um preposto de Cunha. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Perdão do mensalão

Com a assinatura do decreto de indulto natalino pela presidente Dilma Rousseff, as defesas dos condenados na Ação Penal 470, o processo do mensalão, como do ex-ministro José Dirceu e do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, se prepararam para requerer ao STF o perdão das penas aplicadas aos seus clientes. Para o advogado de Dirceu, José Luís de Oliveira Lima, o fato de o petista estar implicado na operação “lava jato” não terá efeito sobre o perdão do mensalão. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Cobrança de campanha

A empresa Campanhas Comunicação, do jornalista Luiz González, responsável pelas campanhas presidenciais do PSDB em 2006 e 2010, cobra do partido na Justiça uma dívida de R\$ 17 milhões referente aos serviços prestados em favor do hoje senador José Serra na disputa pela Prefeitura de São Paulo, em 2012. A ação foi iniciada em setembro, depois que o presidente estadual da legenda, o deputado Pedro Tobias, eleito para o cargo em julho, decidiu não cumprir um acordo verbal fechado com a gestão anterior, que pagaria a dívida em 25 parcelas. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

OPINIÃO



Conceito de família

Em artigo no jornal **Folha de S. Paulo**, o professor de Direito Civil da PUC-RS Marcos Alberto Rocha Gonçalves afirma que o conceito de família deve abranger todas as formas de relacionamento. De acordo com ele, se o Estatuto da Família (Projeto de Lei 6.583/2013) estabelecer que família é apenas a união conjugal entre homem e mulher, o legislador brasileiro estará fazendo “pouco caso do sentido próprio do ordenamento jurídico constitucional estabelecido em ambiente democrático”. Por outro lado, a presidente da Associação de Direito de Família e das Sucessões, Regina Beatriz Tavares da Silva, alega que os relacionamentos poligâmicos não têm natureza de família, portanto, não podem ser enquadrados nesse conceito.

Defesa conjunta

Em editorial, o jornal **O Estado de S. Paulo** afirma não haver problema no fato de os ex-conselheiros da Petrobras Guido Mantega, Miriam Belchior, Luciano Coutinho, Marcio Zimmermann, Sérgio Quintella e Jorge Gerdau terem escolhido um mesmo escritório de advocacia para defendê-los no processo administrativo que respondem junto à Comissão de Valores Mobiliários. Eles são acusados de terem aprovado um plano de negócios visando favorecer a reeleição da presidente Dilma Rousseff. Para o jornal, a contratação da mesma banca é “uma atitude pragmática, na medida em que facilita a defesa, permitindo a uniformização de argumentos e afastando o risco de contradições”.

Ativismo judicial

Em artigo no jornal **O Estado de S. Paulo**, o cientista político Marco Aurélio Nogueira afirma que o Judiciário está assumindo o vácuo na política deixado pelo Executivo e pelo Legislativo. Porém, ele alega que tal arranjo produz incertezas, e que o melhor caminho para 2016 seria um fortalecimento das forças políticas tradicionais.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2015-dez-26/noticias-justica-direito-jornais-92-2/>